

Serra é contra realização de prévias no PSDB

Ministro diz que não importa forma de escolher candidato

Ilmar Franco

Enviado especial • BELÉM

• O ministro da Saúde, José Serra, pré-candidato do PSDB melhor posicionado nas pesquisas de intenção de voto à presidência da República, é contra a realização de prévias para escolher o candidato do partido. A realização de prévias foi defendida ontem, no encontro de líderes nacionais do PSDB, pelo governador Dante de Oliveira (MT). Mas, segundo Serra, a forma pela qual será escolhido o candidato tucano não tem a menor importância.

— Prêvia para quê? Prêvia é falta de assunto — disse José Serra, em Belém.

Serra e o ministro da Justiça, José Gregori, chegaram à capital paraense na madrugada de sábado. O ministro da Saúde afirmou que a forma de escolha do candidato deve ser debatida no final do ano e a decisão, tomada nos meses de abril ou maio. Mas ele não especificou a forma pela qual isso seria feito. O governador do Mato Grosso, Dante de Oliveira, defensor das prévias, afirmou que o critério para definir o candidato não pode ser o das pesquisas de intenção de voto.

Líderes temem que sucessão comece antes do tempo

— As pesquisas só querem dizer alguma coisa quando a campanha começa e isso só ocorre três meses antes da eleição — disse.

A realização de prévias é vista com reservas por uma parcela dos tucanos, embora esse instrumento esteja previsto nos estatutos partidários.

Os líderes do partido mais afinados com o presidente Fernando Henrique Cardoso temem que a realização de uma consulta prévia deflague o processo sucessório antes do tempo. No PSDB há também aqueles que avaliam que uma disputa interna poderá dividir o partido.

— A prévia é um instrumento positivo de agitação política, mas sempre há risco de levar os partidos à cisão — afirmou o ex-governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar.

O governador do Espírito Santo, José Ignácio, acredita que a prévia poderia criar problemas com os futuros aliados, já que eles não participariam da escolha. Ele acredita que o candidato do PSDB precisa ter a capacidade de manter a atual aliança que sustenta o governo.

— Nós não temos um candidato natural e não podemos correr o risco de escolher um candidato que não agregue aliados, pois podemos ficar fora do segundo turno — lembrou Ignácio.

Situação de FH vai definir o tabuleiro político

Esta preocupação é relativizada por setores importantes dos tucanos, que consideram que o leque de alianças na sucessão será definido pela força que o presidente Fernando Henrique Cardoso tiver no final de seu governo.

— Se o governo estiver bem e o presidente em alta, o PSDB será uma perspectiva real de poder. Nesse caso, independente de quem for nosso candidato, os nossos atuais parceiros vão procurar a aliança — disse um dirigente do PSDB.

Para a maioria do PSDB, Serra é a melhor candidatura, em detrimento do governador do Ceará, Tasso Jereissati, no caso de manutenção da aliança que mantém o governo Fernando Henrique. Caso PFL, PMDB e PSDB não continuem juntos, um nome possível é o do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, não entra na discussão, segundo amigos do presidente. (Colaboração Diana Fernandes)

FH fala da amizade com Luís Eduardo

Presidente conta em prefácio de livro como o deputado abriu mão de ser o candidato a vice em 94

Roberto Stuckert Filho/28-1-97



LUÍS EDUARDO e Fernando Henrique, com Sérgio Motta ao fundo: amizade apesar das diferenças

Bernardo de la Peña

• Em prefácio escrito para o livro “O reformador, perfil parlamentar do deputado Luís Eduardo Magalhães”, o presidente Fernando Henrique revela pela primeira vez como o deputado, morto em 21 de abril de 1998, abriu mão de ser o candidato a vice na chapa que o elegeu presidente em 1994 para viabilizar a aliança PSDB-PFL-PMDB. Escrito a pedido do jornalista Augusto Nunes, diretor de Redação da revista “Época”, o prefácio do presidente conta detalhes da conversa secreta no apartamento funcional ocupado por Fernando Henrique:

“Recebi-o sem que ninguém soubesse. Ele veio para dizer-me que não seria candidato a vice-presidente. Pedi-me nessa conversa que não informasse nosso encontro a ninguém. A razão alegada para a recusa: havia resistências a seu nome no PSDB e, embora ele soubesse que esse era o meu desejo, o de seu partido e dos seus, politicamente não me convinha forçar os que eram contrários. Ele preferia minha vitória e do nosso programa com menos ruído e tensões internas”.

FH soube antes de ACM que deputado seria candidato

Encomendado pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP) e pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) um mês depois da morte de Luís Eduardo, o livro deverá ser lançado dias antes do aniversário de morte do deputado.

No prefácio escrito há cerca de dez dias, já depois do rompimento com o senador Antonio Carlos, Fernando Henrique se apresenta como confidente e conselheiro do deputado e até mediador da relação dele com o pai em diversos episó-

dios. Num deles, revela como soube, antes mesmo de Antonio Carlos, que Luís Eduardo, pouco antes de morrer, havia decidido disputar o governo baiano — o que mostra uma confiança política entre os dois tão grande quanto a do deputado com o pai.

Em outro trecho, o presidente lembra a coragem do deputado que, depois de deixar a presidência da Câmara, assumiu a liderança do governo num momento difícil. Sutilmente, Fernando Henrique conta como escolheu Luís Eduardo para líder quando o pai era presidente do Senado, uma maneira de minimizar os efeitos que o temperamento do senador poderia causar ao governo.

Nas oito páginas do texto, Fernando Henrique trata ainda das afinidades pessoais com o deputado. “Partilhávamos gostos semelhantes pela boa conversa, a boa comida e o vinho a ela adequado e pelo humor sem maldade, para quebrar a insipidez e a hipocrisia das relações formais”, escreve.

O presidente lamenta a perda de dois amigos num curto período de tempo — o ministro Sérgio Motta morreu dias antes — e conta como soube da internação e da morte de Luís Eduardo durante sua viagem à Espanha, de onde voltou para a despedida. Fernando Henrique elogia a trajetória de Luís Eduardo e conta como os dois se aproximaram na época da Constituinte.

Augusto Nunes entrevistou mais de cem pessoas entre políticos, amigos, parentes e adversários do deputado para escrever os quatro capítulos do livro, que narra os momentos que antecederam a morte do deputado e reconstituiu sua carreira política. O livro faz parte da série de perfis legislativos, editados pela Câmara. ■

‘LUÍS EDUARDO FOI O BASTIÃO DAS REFORMAS CONSTITUCIONAIS’

O prefácio escrito pelo presidente Fernando Henrique para o livro “O reformador, perfil parlamentar do deputado Luís Eduardo Magalhães”:

Não sei ao certo em que ano conheci Luís Eduardo. Tenho certeza, no entanto, que já no tempo da Constituinte nos falávamos e nos entendíamos.

Hoje já nem curioso é — sabendo como era o temperamento de Luís Eduardo — mas, naquela época, embora opostos na política, ele no “centrão” e eu na ala chamada “autêntica” do PMDB, era surpreendente: nutríamos admiração, que creio recíproca.

Luís foi líder do PFL, mais tarde, no governo Collor. Eu, e muitos mais no PSDB — já, portanto, afastados do PMDB que nos parecia demasiado amplo, abrangendo correntes muito distintas entre si e de nós, social-democratas — tentávamos aprovar algumas reformas do chamado “Emendão”, proposto pelo governo.

Quando a crise moral tornou impossível a continuidade do governo Collor, não sem temor das consequências de um impeachment, aliás compartilhado por Ulysses Guimarães, eu e o PSDB nos alinhamos entre os que favoreceram a interrupção do mandato presidencial.

Luís Eduardo, líder do PFL, foi dos poucos que, por coerência, ficaram ao lado do ex-presidente. Certamente, à medida em que se tornava claro que as acusações não eram “eletoreiras”, mas efetivas, e que havia o comprometimento de partes do governo com um “sistema” corrupto, ele sentia por tudo isso a mesma repulsa que nós. Entretanto, preso pelas circunstâncias políticas a uma aliança que fora feita com propósitos que nada tinham a ver com a quebra da moralidade, portava-se com dignidade e lealdade. Não abandonou o cerco por puro oportunismo.

Isso só aumentou minha admiração por Luís Eduardo.

Nessa época minha relação com Luís já era mais pessoal. Partilhávamos gostos semelhantes pela boa conversa, a boa comida e o vinho a ela adequado, pelo humor

sem maldade, ou melhor, com o *quantum satis* de maledicência benigna sobre os amigos mais próximos, para quebrar a insipidez e a hipocrisia das relações formais.

Assim, apesar da diferença de idade, convivíamos como companheiros. Luís, sempre respeitoso, nunca deixou de tratar-me por “senhor”. Mas nunca esse tratamento nos afastou da intimidade. O que fora cordialidade à distância, na época da Constituinte, progressivamente transformou-se em confiança e em amizade.

Sólida amizade entre pessoas com estilos e temperamentos parecidos que, pelas circunstâncias da vida, vieram a desempenhar papéis políticos importantes. Esses frequentemente desafiavam os que os exercem a atitudes e comportamentos que, aparentemente, requerem ações que mais facilmente se espera de pessoas com outras características.

Luís Eduardo, como presidente da Câmara dos Deputados e como líder do governo, demonstrou que o trato cavalheiresco, e os modos amenos podem ser compatíveis com a firmeza de decisões, com a capacidade de convencer os demais, com a determinação para chegar a resultados.

Tudo isso porque Luís Eduardo era homem de convicções.

Luís sempre apoiou as reformas, acreditava na necessidade delas para o país e não apenas as apoiava por conveniência política.

Recordo-me, algumas vezes, desde quando eu era ministro da Fazenda e ele líder do PFL, de nossas conversas sobre a revisão constitucional. Com exagero assumido, dizia: “parece que só nos dois queremos reformar a Constituição”.

Mais tarde, já no meu governo Luís Eduardo foi o bastião das reformas constitucionais e das medidas legislativas, algumas impopulares, que a hora requeria para que a economia se estabilizasse e para que houvesse um futuro mais salutar para o país e seu povo.

Ninguém, ninguém mesmo, foi mais prestante que Luís Eduardo na luta pela modernização do Estado brasileiro, do combate ao clientelismo e ao corporativismo da sociedade brasileira.

Seu desprendimento era enorme. Dois exemplos, dentre os muitos, para ter sustentação à qualificação que fiz.

Quando, em 1994, discutia-se, depois de estabelecida a aliança entre o PSDB e o PFL, quem seria o vice-presidente da chapa a ser encabeçada por mim, seu nome surgiu. Um dia, Luís pediu-me uma audiência. Ela se realizou no apartamento funcional do Senado, onde voltei a residir depois que deixei o Ministério da Fazenda para desincompatibilizar-me.

Recebi-o sem que ninguém soubesse. Ele veio para dizer-me que não seria candidato a vice-presidente. Pedi-me nessa conversa que eu não informasse nosso encontro a ninguém. Ninguém mesmo. A razão alegada para a recusa: havia resistências a seu nome no PSDB e, embora ele soubesse que esse era o meu desejo, o de seu partido e dos seus, politicamente não me convinha forçar os que eram contrários. Ele preferia a minha vitória e a do nosso programa com menos ruído e tensões internas.

Debalde foram meus argumentos contrários. No fundo eu também sabia o custo político da empreitada, tantos eram, na época, os preconceitos a serem vencidos. Disse-lhe então, se eu vier a ser presidente, você será o que quiser no meu governo e onde queira.

Não falei à palavra e a meu sentimento e menos ainda ao necessário para o país naquele momento: embora o PFL fosse minoritário, elegemos Luís Eduardo presidente da Câmara e lá ele prestou os serviços já assinalados. Terminando seu mandato presidencial, designei-o líder do governo na Câmara dos Deputados. Isso em momento politicamente difícil para o governo. E, neste caso, prestou serviços não só ao Legislativo como a mim pessoalmente aceitando o cargo espinhoso quando seu pai era o presidente do Senado e do Congresso.

Fosse outra pessoa, com menos convicções e menos coragem não aceitaria a função. Estava duplamente desafiado: a servir ao governo em momento difícil e a reafirmar sua liderança própria.

Seu desempenho permitiu ao

Brasil confirmar que Luís Eduardo tinha luz própria, mesmo quando ao lado de luzes fortes, de longas trajetórias políticas.

Em outra oportunidade, esta infelizmente, já quase ao final de sua breve vida, Luís confirmou a meus olhos sua generosidade solidária.

Um dia procurei-me e disse que, embora as forças políticas da Bahia quissem-no como candidato a governador, ele preferia a vida parlamentar. Entendi que, sutilmente, buscava uma palavra minha junto ao senador Antonio Carlos. Foi o que fiz. Ponderei ao senador que, embora concordasse com seu julgamento político, devíamos ambos compreender as inclinações de Luís Eduardo e prestigia-lo. Foi quando então houve um diálogo entre nós dois ilustrativo das peças que o destino nos prega.

Antonio Carlos me disse que ele seria o último a forçar uma atitude de Luís Eduardo, a quem amava e respeitava. Entretanto, tinha uma preocupação: e se um dia ele (senador) viesse a faltar? Ao que lhe respondi: os mais velhos, um de nós dois, pela lógica da vida, partiremos antes. Fosse qual fosse o destino, Luís Eduardo não ficaria só.

Dias depois, o senador foi a um jantar no Alvorada em homenagem ao então primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi. Recebi-o na porta da biblioteca e disse-lhe, então: satisfeito com a decisão de Luís Eduardo? Pois respondeu-me o senador: ele não quer mesmo ser governador. “Não, disse eu: ele será candidato”.

Ocorre que Luís Eduardo voltara a conversar comigo e alegando seu bom relacionamento com toda a bancada baiana e com os prefeitos (o que era certo) parecia-lhe ter melhores oportunidades de êxito eleitoral do que o então governador Paulo Souto, homem a quem ele admirava e respeitava.

Entendi que a nobreza de caráter de Luís Eduardo o levava a, uma vez mais, entre a inclinação de seu temperamento e o dever político, atender ao grupo e à Bahia. Não hesitava.

Por fim, um último registro. No dia 20 de abril, no enterro do meu querido amigo Sérgio Motta —

nosso querido amigo, pois Luís Eduardo se tornara também amigo do Serjão — quando nos vimos, abracei-o chorando. A emoção não me impediu de observar a palidez de Luís Eduardo, tanto assim que fiz até observação a seu pai.

Foi a última vez que nos vimos. Naquele dia, depois do enterro do Sérgio, embarquei, triste, para Madri, em visita de Estado, cumprindo minhas obrigações presidenciais. À chegada, fui recebido pelos reis de Espanha no Palácio El Pardo e, depois, indo jantar em nossa embaixada, fui informado por auxiliares que Luís Eduardo estava internado no Hospital Santa Lúcia. No mesmo momento, busquei contato com o senador. Ainda durante o jantar, recebi do senador, por telefone, informações que não me desanimaram. Era um mal-estar cardíaco, mas provavelmente de fácil recuperação.

Voltamos ao Palácio do Pardo para dormir quando, de madrugada, recebo, de meus auxiliares, a notícia da morte de Luís Eduardo.

Era demais, meu Deus! Em três dias Sérgio Motta e Luís Eduardo. Pedi ao cerimonial que, embora inusitado, explicasse e pedisse desculpas ao rei Juan Carlos, à rainha Sofia, e ao primeiro-ministro Aznar, mas eu regressaria para o Brasil.

E assim o fiz. Não me esquecerei mais de nada disso. Nem do primeiro encontro em Brasília com a família de Luís Eduardo quando, em uma salinha à parte, presentes só o vice-presidente Marco Maciel e eu, Antonio Carlos chorava com sobradas razões a morte de alguém tão querido. Recordou o quanto Luís tinha sido meu amigo e a falta que faria a mim e ao governo, que ele procuraria suprir.

Luís desapareceu no momento em que todos víamos nele uma âncora para os embates políticos futuros. Espero que todos nós, eu principalmente, sejamos capazes de honrar sua memória, contribuindo nas lutas que teremos que travar para o bem do Brasil.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, presidente da República